

entrevista

BOAVENTURA SOUSA SANTOS

“DEMOCRACIA E CAPITALISMO SÃO INCOMPATÍVEIS”



Fotografia: ©DR

A conversa é longa, mas é urgente alertar com pormenor, para a actualidade global da Democracia ameaçada e adulterada pelo capitalismo.

Globalmente, estamos perto ou longe dos princípios verdadeiramente democráticos?

Estamos muito mais longe dos ideais democráticos do que estávamos há 20 ou 30 anos. Entre muitas outras razões, talvez a principal, foi que até 1989 ou seja, até à queda do Muro de Berlim e o colap-

so do bloco soviético, o mundo estava dividido em dois sistemas: o socialista soviético e o capitalista ocidental.

O capitalista ocidental pretendia proporcionar às populações, idealmente as mesmas condições de bem-estar que o socialismo soviético e, além disso, permitia a liberdade das pessoas. E esta superioridade do capitalismo era considerada qualitativa.

O socialismo soviético propunha idealmente a eliminação das desigualdades sociais. Conseguiu avanços extraordinários no que respeita aos bens e necessidades essenciais das grandes massas da população, mas desde Estaline, isto para falar no caso soviético, isso tinha sido feito através de uma ditadura violenta que dizimou milhões de pessoas, mas não se podiam negar, por outro lado, os avanços extraordinários. A União Soviética era, em 1917, um dos países menos desenvolvido da Europa e no final da Segunda Guerra Mundial, arrogava-se poder competir com os EUA. E foi, aliás, o país que mais sacrifícios correu para libertar a Europa da dominação nazi.

Estes dois sistemas digladiavam-se. Criou-se o que se chamava a Guerra Fria, a competição entre os dois sistemas. Nessa altura, não vigorava apenas na União Soviética, mas também na China, embora um modelo diferente, mas com os mesmos traços ideológicos, e também em Cuba.

Esta competição entre sistemas seguia uma lógica de dominação absoluta...

A coexistência destes dois modelos fez com que países, fora da zona de influência do modelo soviético, pudessem disputar políticas de bem-estar para as classes populares e isso fosse permitido pelo sistema capitalista global, nesta altura já dirigido pelos EUA. Essas conquistas traduziram-se, por exemplo, na Europa, em políticas sociais muito significativas que permitiram a criação de classes médias, saúde pública, educação pública, sistema de pensões público, transportes públicos, uma forte presença do Estado na regulação económica, políticas sociais robustas.

Fora da Europa havia uma disputa total entre os dois regimes. A América Latina, por exemplo, tinha despertado para a possibilidade de dar bem estar às suas populações tentando os dois regimes: o de Cuba, através da Revolução Cubana, em 1959, que procurou expandir-se para o resto do continente no que foi violentamente travado pelos EUA, e procurou também, a via democrática para trazer o bem-estar às populações.

E a mais importante a do Chile, com Salvador Allende, entre 1970 e 1973. Uma experiência também liquidada por um golpe inspirado e, em parte, organizado pela CIA, dos EUA. Ou seja, os EUA desde sempre mantiveram a decisão que este era um continente sob a sua influência, onde o tipo de capitalismo que havia na Europa nunca poderia ser aplicado por comprometer os interesses das empresas norte-americanas que produziam o saque ou pilhagem – a palavra é esta – das riquezas naturais da América Latina e da América Central.

E no continente Africano?

África ficou como uma zona de disputa muito forte entre o bloco soviético e o bloco ocidental, sendo que a China também passou a apoiar os movimentos de libertação em vários países a partir de 1960. Começando na década anterior, mas sobretudo, a partir de 60, assistimos a uma série de independências e os regimes que emergem procuram uma via alternativa.

Tinha-se realizado em 1955, a Conferência de Bandung onde, sob a égide do presidente Sukarno da Indonésia, do Presidente Gamal Abdel Nasser do Egipto e do Presidente Tito da Jugoslávia, participaram inclusivamente muitos movimentos de libertação de África, também Jawaharlal Nehru, já nessa altura, Presidente da Índia. O objectivo era tentar uma terceira via que não era nem a soviética nem a capitalista norte-americana ou europeia. Isso esteve presente em muitos dos países e os casos mais significativos foram o Gana, de Kwame Nkrumah, e a Tanzânia de Julius Nyerere, entre muitos outros. De fora, ficaram a África do Sul, ainda sujeita ao apartheid violento e racista, e as colónias portuguesas que só vieram a ficar independentes em 1975. E que, ao assumir a independência, optam por uma solução que já não era propriamente a de Bandung, mas uma solução socialista, tendo em conta que o bloco socialista apoiou bastante esses movimentos de libertação e, praticamente todos os governos que emergiram da independência se declararam adeptos do marxismo e do socialismo.

entrevista

BOAVENTURA SOUSA SANTOS
PROFESSOR CATEDRÁTICO

Pouco depois assistimos a uma crise desses regimes, muitas vezes instigada pela África do Sul do apartheid, o que é claro no caso de Angola e de Moçambique. Políticas de destabilização que redundaram em guerra civil, e, com as crises económicas que daí decorreram, os países tiveram que aceitar a solução capitalista ocidental, quase que como uma rendição. Tudo isto ocorre poucos anos antes do colapso do sistema soviético do bloco socialista. Portanto, o poder de influência deste bloco estava já em crise e atinge o seu momento final em 1989. A partir de então, surgem ainda muitas outras contradições e lutas.

“Na Conferência de Bandung, o objectivo era tentar uma terceira via que não era nem soviética nem a capitalista norte-americana ou europeia”

“O ESTADO FOI NEUTRALIZADO, FOI COOPTADO, CORROMPIDO E QUANDO NÃO FOI CORROMPIDO, FOI OBRIGADO”

De tantos modelos, ficamos pelos vistos com o pior de todos...

A democracia europeia chamava-se social democracia, para se distinguir da democracia liberal dos EUA, porque era uma democracia com fortes políticas sociais e procurava combinar altos níveis de produção, de produtividade industrial, com altos níveis de protecção social. Hoje, praticamente, todas estas outras formas de democracia desapareceram ou não se falam delas. Mas, de facto, não desapareceram totalmente, fala-se da democracia liberal dominada por direitos cívicos e políticos e desprovida de direitos sociais e económicos.

O problema é que a falta dos segundos conduz à irrelevância dos primeiros para a maioria da população. A democracia liberal tinha e tem limita-



Fotografia: ©DR | Assembleia Nacional de Angola

ções enormes, precisamente porque assenta em esquemas de participação política exclusivamente, através de partidos e propõe uma democratização da sociedade muito limitada. Mas tem uma grande virtualidade: assenta na ideia de uma separação muito grande entre o mercado dos valores políticos e o mercado dos valores económicos.

Os valores políticos são as nossas convicções éticas, morais, religiosas, políticas, que não se compram nem se vendem, são valores sem preço. O mercado dos valores económicos é o mercado dos valores que têm preço, que se trocam, que se compram e que se vendem. Falava-se de mercado de valores políticos porque havia vários. Havia uma competição entre eles. Uns eram de direita, outros eram de esquerda, outros são religiosos, outros não são religiosos. O que estamos a assistir hoje é que o mercado económico foi tomando conta do mercado político e hoje, a corrupção é muitas vezes endémica e na política tudo se compra e tudo se vende, tal e qual como acontece nos mercados económicos.

A degradação da democracia liberal é, em meu entender, um dos aspectos da asfixia política em que nos encontramos e que os jovens tão agudamente sentem. A asfixia é esta: de um lado, assistimos à constante degradação da democracia liberal e, por outro lado, não parece haver uma alternativa a esta democracia. O espectáculo que os EUA estão neste momento a dar com as eleições recentes e toda a turbulência que se criou pelas acusações de fraude por parte de Trump, mostram muito bem a que estado de degradação chegou à democracia liberal no país que se considerava ser a pátria da democracia liberal.

“O mercado económico foi tomando conta do mercado político e hoje, a corrupção é endémica e na política tudo se compra e tudo se vende”

Participar na reflexão e enriquecimento de conceitos como a democracia é uma utopia, inacessível sobretudo aos países emergentes?

É uma utopia, mas é real. No meu trabalho distingo as utopias que no sentido etimológico da palavra não se realizam nunca, nem em nenhum lugar, nem em nenhum tempo, das iniciativas inovadoras contra a corrente, as ortodoxias, insurgentes, dissidentes, que se vão criando no mundo, por vezes a nível local, mas que nos vão sinalizando que o ser humano e as comunidades não podem viver sem a ideia de uma alternativa quando o sofrimento é injusto e é muito grande.

Vivemos em sociedades com três dominações. O capitalismo combinado com o colonialismo e o patriarcado. Muito do comportamento hoje das empresas multinacionais e dos Estados que foram colonizadores em África e noutros continentes, é típico do colonialismo e segue a mesma lógica. Basta ver o que se faz em termos de compra de terras e exploração dos recursos naturais, o que se vê no domínio da compra dos próprios aquíferos para reservas de água, uma vez que vai haver uma crise de água potável em meados deste século, na promoção de golpes sempre que as autoridades locais se insurgem ou procuram limitar as acções das multinacionais europeias e norte-americanas.

Há uma grande continuidade violenta do colonialismo que, nos EUA e na Europa, se manifesta sob a forma de racismo e também noutros lugares obviamente. O racismo é também um produto do colonialismo que existe, não é um resíduo, é uma presença do colonialismo.

O que acabou com as independências foi o colonialismo por ocupação territorial de uma potência estrangeira. Mas o colonialismo como dominação assente na degradação ontológica, ou seja, na inferioridade natural daqueles que são dominados, isso continuou, até hoje. E o patriarcado é outra forma que vai de par com o colonialismo e o capitalismo e é por isso que

entrevista

BOAVENTURA SOUSA SANTOS
PROFESSOR CATEDRÁTICO

estamos a assistir em todo o mundo ao aumento dos feminicídios, ao aumento da violência contra as mulheres no mesmo processo em que o capitalismo se torna mais agressivo e o colonialismo mais violento.

Qualquer alternativa é minada automaticamente?

Não surpreende que as populações procurem uma alternativa, continuem a resistir, a organizar movimentos sociais, protestos, manifestações em luta por uma alternativa. Quase sempre pacíficas, estes protestos tornam-se violentos devido à infiltração de provocadores, por vezes elementos das forças policiais.

De facto, lutam por alternativas democráticas que combinem a democracia representativa com a participativa. Esta combinação esteve presente no pensamento de muitos líderes africanos nos anos

1970. Para eles, a democracia representativa vinda do Ocidente tinha algumas virtualidades, porque garantia a liberdade individual e a livre diferenciação política, mas havia outras formas muitas vezes, ancoradas na própria experiência das comunidades africanas que eram democracias de tipo participativo, comunitário, onde as decisões são tomadas por outra forma, mas não deixam de ser democráticas porque normalmente assentam em processos de deliberação muito longos.

Não quer dizer que não fossem por vezes, também eles as próprias problemáticas, nomeadamente pelo patriarcado, pelo machismo, por exemplo. Mas eram outras formas que procuravam integrar, combinar e enriquecer a democracia representativa. Nyerere falava muito de socialismo, de humanismo africano, e, quer ele quer Nkrumah, falavam do socialismo africano que tinha elementos de solidariedade comunitária típica das sociedades africanas.

DESCOLONIZAR O PENSAMENTO

Como sair dessa dominação?

Muitas vezes pensar o futuro é ir às raízes, é olhar para um passado que foi suprimido, que foi negado, mas que nunca se destruiu totalmente. Ficou na imaginação, nas memórias, nas canções, nos mitos, nas histórias que os anciãos, os sábios das comunidades continuam a contar, ficou na ideia de toda a riqueza organizativa, de Estados, de impérios, de organizações políticas que existiam antes do colonialismo europeu e que foram destruídas sob pretexto de serem selvagens.

Não o eram, algumas eram extremamente sofisticadas. Aconteceu na América Latina, em África. Essas memórias ficaram e voltam a cada passo. Hoje temos Constituições na América Latina onde se fala



“A democracia liberal eurocêntrica foi imposta e foi uma inversão de que os países africanos nem sequer se deram conta”

dos conceitos de bem viver (sumak kawsay, como eles dizem em quéchua) que são indígenas. Como também na África do Sul se procurou, e ficou no preâmbulo da Constituição a ideia de ubuntu, uma ideia filosófica e política da África Austral, que sob diferentes formas nós encontramos em toda a África subsariana e que aponta para a ideia de que ninguém é individualmente nada se não for com outro.

A ideia que eu sou porque tu és, e esta ideia completamente oposta à ideia individualista da democracia liberal e, portanto, lutar por estas outras formas é lutar por raízes, aquilo que eu chamo ruínas-semente. São ideias de modos de ser e de viver que foram ignoradas ou suprimidas pelos colonizadores, mas que de algum modo ficaram na memória dos povos e regressam agora, transformadas como propostas de futuro. Daí serem ruínas-semente.

Penso que essa reflexão não só é possível como é extremamente importante. Faz parte da descolonização do próprio pensamento, que tem que ocorrer nos países do Sul global. A descolonização do pensamento tem que ocorrer tanto na Europa como nos EUA, como no Sul ainda que de forma diferente.

Tenho escrito bastante sobre a descolonização do pensamento e da epistemologia e da universidade com diferentes perfis, no Norte e no Sul. Como sabemos, as elites locais acabaram muitas vezes por acolher toda a ideologia, todo o pensamento ocidental e foram activos destruidores também de todas essas tradições. Algumas delas eram problemáticas e deviam ser deixadas de lado, outras podiam ser recuperadas, reinventadas, e não o foram. Sabemos que essa descolonização tem que ocorrer em todo o lado e à medida que ela for ocorrendo vamos pensando outras formas de governo democrático.

Concorda que a democracia que o continente Africano “berdou” é vazia, desadequada e sem qualquer hipótese de resignificação ou contextualização?

Sim, a democracia que foi imposta – por vezes fortemente “recomendada” pelas agências internacionais e, no caso da França, da Inglaterra, pelas potências colonizadoras – em África da mesma forma que em final do século XIX, a partilha de África tinha ocorrido com régua e esquadro, definindo os países e as fronteiras entre os países africanos apenas segundo a lógica europeia da partilha das riquezas naturais de África.

E foi assim também que se procurou impor os modelos europeus políticos, eurocêntricos de democracia, independentemente de saber se havia condições para que essa democracia pudesse existir, se essa democracia exigia algum sistema de consonância com valores culturais dessa sociedade, alguma consonância com as condições económicas. Tudo isso foi esquecido.

Tinha sido problematizado nos anos 1960 e 1970. Nos anos 1980 já quando o neoliberalismo, através do Consenso de Washington, se vinha impondo pelo mundo fora, esta problematização tinha desaparecido. Tudo isso desapareceu para se impor uma receita única, a democracia liberal eurocêntrica, fundamentalmente no formato norte-americano. Esse modelo foi imposto e foi uma inversão de que os países africanos e latino-americanos nem sequer se deram conta.

É que nos anos 1960 e 1970 toda a teoria democrática no chamado Ocidente, na Europa, nos EUA, era a ideia de que havia condições para que houvesse uma democracia verdadeiramente legítima e robusta. A ideia, por exemplo, que era necessária uma certa redistribuição social, que permitisse a emergência de classes médias, ou de uma reforma agrária que permitisse a emergência de uma classe trabalhadora. Não quer dizer que estas condições fossem algo benéfico necessariamente, mas eram condições para que houvesse uma democracia minimamente credível.

entrevista

BOAVENTURA SOUSA SANTOS
PROFESSOR CATEDRÁTICO

A partir dos anos 1980 tudo isto se inverte e a democracia passa a ser a condição para tudo. Enquanto antes havia condições que era preciso preencher para poder haver democracia, a partir de agora a democracia passou a ser a condição que se impõe para que seja possível o desenvolvimento e o progresso. E essa imposição são as condicionalidades do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional: a democracia liberal como condição para tudo. E houve, obviamente, teóricos, e até com muito boa intenção que aceitaram este princípio, esta inversão.

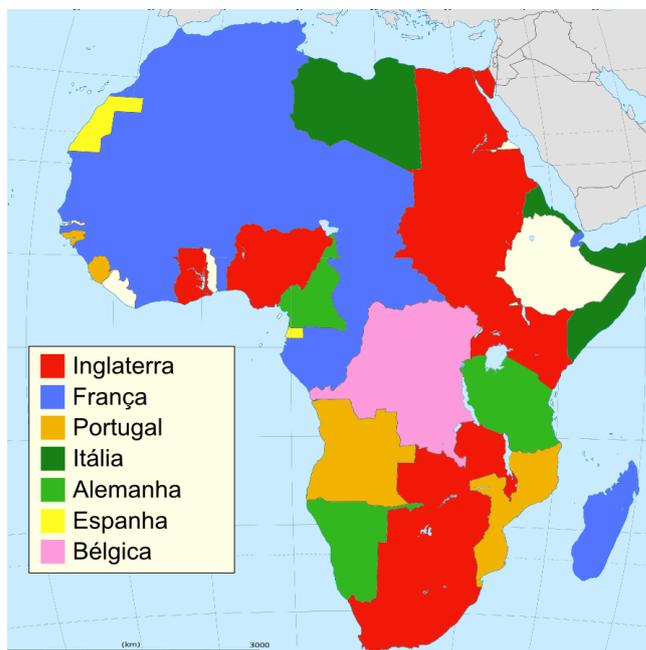
Amartya Sen, por exemplo é o mais conhecido de todos. Mas é evidente que havia aqui uma armadilha. Era a ideia que impondo um certo regime político qualquer que fosse a sua eficácia ou a sua penetração no país, esse regime seria legítimo e funcionaria. Na verdade, o que esse regime tinha, acima de tudo, era ser extremamente vulnerável à influência estrangeira. Ser sempre market friendly, como passou a ser cunhado, isto é, amigo dos mercados, da privatização, do capitalismo, e, portanto, nunca pondo em causa a dominação capitalista da sociedade. E permitindo naturalmente nos países africanos e nos países da América Latina a pilhagem praticamente sem limites dos recursos naturais.

“Houve tentativas interessantes de articular formas de democracia eurocêntricas com formas africanas...”

“As condicionalidades do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional são: a democracia liberal como condição para tudo”

Ainda é possível fazer diferente?

Houve tentativas interessantes em vários países de África de articular estas formas de democracia eurocêntrica com formas africanas, mas foram experiências de pouca duração e sempre que tiveram algum relevo foram liquidadas, neutralizadas, precisamente porque as agências internacionais se recusavam a reconhecê-las. Por exemplo, se as agências internacionais determinam que o desenvolvimento local deve ser de um certo tipo e que tem que ser constituído por esta ou por aquela forma de agricultura, não imaginam que uma comunidade democraticamente decida outro tipo de desenvolvimento. Isso era condição suficiente para que o apoio financeiro fosse retirado. Foram estas imposições que esvaziaram e descontextualizaram os processos democráticos em África.



“A DEMOCRACIA FOI ESVAZIADA”

Contrariar esta imposição pode ser um tiro no pé?

Penso que cada época, cada geração luta com as armas que tem. As armas não se podem inventar de um momento para outro. No começo do século XX o mundo era fundamentalmente eurocêntrico, praticamente 90% do mundo era colónia europeia nessa altura.

O século nasceu com dois grandes modelos de transformação social: a revolução e o reformismo. A revolução era uma ruptura violenta com o regime existente, o caso da Revolução Russa, em 1917, e o reformismo era a transformação gradual, democrática, mas que no início visava, tal como a revolução, atingir o socialismo, só que por via democrática. De alguma maneira, a Europa ficou dividida nessa altura entre o socialismo revolucionário da União Soviética e o socialismo democrático dos países europeus que, a pouco e pouco, passou a ser um capitalismo com uma face social e humana.

O que aconteceu foi que chegámos ao final do século XX sem nenhum desses dois modelos. A revolução tinha sido desacreditada fundamentalmente pelo colapso da União Soviética, a contensão de Cuba que se manteve heroicamente apesar das limitações internas e externas, um país ao qual, aliás, Angola muito deve tal como a Namíbia, pela luta generosa que travou nesse continente.

Muitos de nós tivemos e temos objeções a algumas características do modelo cubano, mas isso não nos impede de reconhecer os seus aspectos positivos. E, por outro lado, a China manteve-se, mas a

pouco e pouco perdeu a característica de um país socialista para se transformar hoje, em meu entender, num país de capitalismo de Estado. Tem uma lógica internacional capitalista e a grande diferença em relação ao mundo capitalista é o facto de a China, ao contrário de todos os outros países, não ter globalizado o seu capital financeiro. Isto é, controla o seu banco central, a sua moeda e todas as suas transações financeiras internacionais de um ponto de vista soberano, e é isto que torna, obviamente, a China hoje um país com o poder que tem.

Neste princípio do século XXI, estamos numa situação difícil porque nem o reformismo nem a revolução existem. O que existe são democracia e direitos humanos. Só que a democracia foi esvaziada e está a ser perigosamente esvaziada de todo o seu conteúdo social, e os direitos humanos são uma arma de arremesso, e têm sido usados muitas vezes para destruir países. Apesar de eu me considerar um activista de direitos humanos e achar que é uma luta nobre, os direitos humanos têm uma dupla genealogia.

“Os direitos humanos são uma arma de arremesso e têm sido usados, muitas vezes para destruir países”

entrevista

BOAVENTURA SOUSA SANTOS
PROFESSOR CATEDRÁTICO

Como assim?

Tanto são usados a favor das classes populares, a favor da libertação, da dignidade da vida, como também são usados para dominação imperial. Foi em nome dos direitos humanos e da democracia que se destruiu o Iraque, a Líbia. Na verdade, fundamentalmente para pôr os recursos naturais destes países ao serviço dos EUA e da Europa.

E no caso da Líbia, o perigo que se via em Kadafi era que pudesse, em articulação com a União Africana, adoptar uma moeda para as transações financeiras e dos recursos naturais de África que não fosse o Euro ou o Dólar, pondo, assim, em perigo o domínio capitalista global nesse comércio internacional. E foi liquidada por isso, nada mais. Os emails de Hillary Clinton e tudo aquilo que hoje se sabe graças à WikiLeaks mostram claramente que foi por razões estritamente de domínio geopolítico e económico que a Líbia foi destruída.

Penso que hoje temos que lutar com as armas que temos até que surjam outras. É natural que venham a surgir outras, mas penso que neste momento, a democracia deve ser criticada, não por ser uma farsa, mas por ser pouca, levá-la a sério e radicalizá-la. Implica também radicalizar os direitos humanos.

Os protestos, as manifestações populares pacíficas, as greves, tudo isso é democracia. Tal como é democracia o desenvolvimento local assente em reivindicações locais insurgentes, dissidentes, organizadamente, democraticamente e pacificamente construídas. A democracia é isso. É lutar no terreno pela democracia de uma forma insurgente. Uma democracia a partir de baixo e não a partir de cima. Uma democracia que combina a democracia representativa com a democracia participativa das populações.

Longe das lógicas partidárias?

Não sou, de maneira nenhuma, contra os partidos, mas penso que os partidos não são hoje capazes de poder dar conta plenamente dos anseios e das aspirações das populações, e muito menos de pôr, eficazmente fim ao sofrimento injusto que o capitalismo, a exploração dos recursos, da forma colonialista e racista e patriarcal que impõem às populações.

Penso que é com essas armas que temos que lutar, enquanto não surgirem outras. Não se trata de defender a democracia consensualmente, a democracia deve ser não só a razão, a legitimação da disputa, mas ela própria enquanto conceito deve estar em disputa. Ela legitima o conflito democrático e ao mesmo tempo deve ser um objecto de conflito pelas concepções diferentes de democracia.

Tudo o que é consensual é opressivo numa sociedade injusta como aquelas em que vivemos. E não tenhamos dúvidas que o capitalismo global não está interessado no bem-estar das populações. O que pretende é que os países do Norte se aproximem da realidade desses países: ou seja, 30% de população incluída, 70% da população excluída. É para isso que caminha o actual modelo. Penso que a democracia e os direitos humanos, devem dar origem, a prazo, a outros meios de luta social que podem ser a radicalização de qualquer deles ou podem ser outras coisas cujo nome nem sequer agora se nos ocorre. Mas neste momento não podemos de maneira nenhuma deixar a democracia entregue àqueles que se aproveitam dela para a destruir.

“A democracia deve ser não só a razão, a legitimação da disputa, mas ela própria enquanto conceito deve estar em disputa”

“A DEMOCRACIA FOI UMA ARMA IMPERIAL”

Depois da destruição da Líbia, podemos dizer que a democracia hoje serve para derrubar o ditador (a figura) e manter o autoritarismo capitalista?

É evidente que hoje, sobretudo em África, se tem muito a sensação de que a democracia, neste caso a democracia norte-americana e europeia, foi posta ao serviço de um projecto capitalista que naturalmente favorece fundamentalmente os países europeus e os EUA e foi por isso que a Líbia foi sacrificada de uma maneira grotesca.

Era um país que tinha níveis de proteção social dos mais notáveis em África e que estava a assumir um papel de poder a ajudar a juntar as duas Áfricas que sempre existiram, a subsariana e a África do Norte, juntá-las numa luta comum que lhes desse um lugar ao sol nos negócios internacionais, na política internacional, nomeadamente por um controle muito maior sobre os seus recursos económicos e financeiros.

Portanto, a destruição da Líbia, tal e qual como também anteriormente a destruição do Iraque, foram exemplos de como a democracia foi uma arma imperial. A democracia não é apenas isso, a democracia pode também ser um instrumento de luta contra a injustiça, a opressão e o império. Obviamente que hoje não tem a mesma eficácia que já teve e é por isso que respondi à primeira pergunta dizendo que estamos num período de retrocesso.



Fotografia: ©DR | Muammar al-Gaddafi

“A democracia norte-americana e europeia foi posta ao serviço de um projecto capitalista”

A democracia tem vindo a ser neutralizada, reduzida, para poder deixar de ser uma forma de aspiração democrática, de aspiração de uma sociedade mais justa, de uma minimização, se não for possível a eliminação, de todo o sofrimento injusto que está a cair sobre a esmagadora maioria da população mundial.

entrevista

BOAVENTURA SOUSA SANTOS
PROFESSOR CATEDRÁTICO

O que os capitalistas não querem que as pessoas saibam?

Os capitalistas não querem que as pessoas saibam muitas coisas. Por isso é que há sociedades mais ou menos secretas sobre as quais muito pouco se sabe. Por exemplo, a Bilderberg, uma grande associação dos grandes capitalistas globais; sabe-se que existe um fórum económico mundial de Davos, mas sabemos que é a face, digamos, visível e pública de negócios e de conversas que se têm em privado; sabemos que o capital financeiro, que designamos como “os mercados financeiros globais”, são, de facto, cinco ou seis grandes empresas financeiras, quase todas elas, norte-americanas e europeias que dominam esses mercados e que são exactamente por articulação entre essas cinco ou seis instituições que se define a sorte de países, o modo como certas eleições são festejadas ou são denegridas, como se decide invadir ou não invadir um país.

“Temos um mundo de negócios que se articula globalmente para tomar decisões, como as negociações e contactos secretos entre Sarkozy e H. Clinton para destruir a Líbia”

Sabemos hoje que há os Estados como agentes políticos visíveis e um Estado profundo. Um Estado profundo existe tanto a nível nacional como internacional. A nível nacional é uma articulação entre as elites políticas e os negócios, negócios, por vezes, legais, outras vezes ilegais. Um caso que acompanho de perto é a Colômbia. Há muito tempo que faço estudos na Colômbia e sou membro do Conselho Assessor da Comissão de Verdade e de Conciliação depois dos acordos de paz com as guerrilhas da FARC em 2016.

A Colômbia é um Estado, um narco-Estado, por assim dizer. Tem uma face legal, mas depois tem uma face ilegal que é toda a sua articulação com o narcotráfico, com os grupos paramilitares, as milícias, que actuam ilegalmente no país. É essa articulação entre o legal e o ilegal que determina esse Estado profundo. E tal e qual como existe este Estado profundo que não é democrático, que não é transparente, que não assenta em decisões populares, mas em decisões de quem controla a economia e as finanças globais, existe também esse Estado profundo onde, por um lado, temos o direito internacional, as organizações multilaterais, a ONU, mas depois temos um mundo de negócios que se articulam globalmente para tomar decisões, como estas negociações e os contactos secretos entre Sarkozy e Hillary Clinton para destruir a Líbia.

WikiLeaks e Snowden destaparam o véu, mas as fake news construíram “verdades” que só nos afastam da realidade...

Só através de um vazamento como foi a WikiLeaks é que a gente vem a saber o que é que estes líderes políticos fazem. Se queremos ter uma ideia, para responder à vossa pergunta, do que é que os capitalistas não querem que as populações saibam, basta ver o que estão a fazer ao Julian Assange e ao Edward Snowden. Sobretudo o Julian arrisca-se a morrer na prisão ou a morrer na cadeira eléctrica nos EUA se for extraditado, porque o seu grande crime foi dar a conhecer aquilo que o capitalismo norte-americano não queria que se conhecesse: toda a sua maquinaria ilegal, criminosa, para destruir o Iraque, destruir a vontade própria de cada país para controlar os seus recursos naturais, procurar melhores preços e o bem-estar das suas populações. Tudo isso foi liquidado por meio de uma manipulação grosseira da democracia e dos direitos humanos. Portanto, era esse conhecimento que não podia vir a público. E é esse conhecimento obviamente que leva a essa reacção em relação ao Julian Assange.

Penso que há um mundo cada vez mais secreto e que nós vivemos à superfície daquilo que nos é possível ver e inclusivamente iludidos através das redes sociais que sabemos cada vez mais. Em verdade, sabemos cada vez mais a respeito de cada vez menos, a respeito de coisas cada vez menos importantes. Conhecemos os gostos pessoais de cada pessoa através do Instagram, do Facebook, das redes sociais. Sabemos os pormenores da sua vida privada, trivialidades do mundo, mas das grandes decisões que determinam as suas vidas, as nossas vidas, sabemos cada vez menos.

“O seu crime foi dar a conhecer toda a manipulação ilegal, criminosa para destruir a vontade própria de cada país e controlar os seus recursos naturais”

“VAMOS ENTRAR NUM PERÍODO DE GRANDE TENSÃO GEOPOLÍTICA, O QUE NÃO É UM BOM AUGÚRIO”



Aonde nos leva a geopolítica mundial, a alienação das massas promovida pelos media e os pretensos sistemas democráticos?

Em termos geopolíticos, nestes próximos anos vai ser a guerra fria entre os EUA e a China. É uma guerra fria que se agravou nos últimos meses, durante a pandemia. Curiosamente seria de prever que estando o mundo a braços com uma emergência sanitária e uma pandemia fossem tempos de maior apaziguamento nas relações internacionais e de solidariedade entre países.

Em vez disso, assistimos a um agravamento da rivalidade entre os EUA e a China, uma rivalidade que já vinha a anunciar-se, mas que agora se aprofundou bastante mais. É uma guerra fria de características diferentes daquelas que existiam entre os EUA e a União Soviética, porque a China, neste momento, não tendo o poderio militar que tinha a União Soviética, tem muito

entrevista

BOAVENTURA SOUSA SANTOS
PROFESSOR CATEDRÁTICO

mais poder económico e a própria pandemia revelou em que medida a China era de facto, e é de facto, a fábrica do mundo.

Enquanto Donald Trump vociferava contra os chineses e contra “o vírus chinês”, como ele chamou ao coronavírus, os médicos e os enfermeiros norte-americanos esperavam ansiosamente pelo próximo carregamento de luvas, máscaras e de ventiladores que vinham da China, uma vez que os EUA já não produziam há muito tempo esse tipo de produto.

Vivemos, portanto, um tempo em que um império declinante, os EUA, confronta um império ascendente, que é a China, que tem vindo a alargar a sua influência no mundo através de uma política de desenvolvimento económico, de investimento económico e de criação de infraestruturas que facilitem a circulação dos produtos chineses no mundo.

A China é um estorvo maior hoje por ter desenvolvido um caminho próprio e consolidado, aprimorando as técnicas norte-americanas?

Neste momento essa rivalidade está a atingir um ponto quase de ruptura, na medida em que as revistas, que normalmente formulam opinião dos EUA nas relações internacionais, por exemplo, a revista Foreign Affairs, no seu número de Dezembro fala da possibilidade de nos próximos dez anos haver inclusivamente um conflito armado entre a China e os EUA.

É toda a ideia do “expansionismo chinês” à custa dos EUA, roubando a tecnologia norte-americana e de alguma maneira esquecendo tudo o mais, fundamentalmente que foi o neoliberalismo de inspiração norte-americana que fez com que muitas das empresas norte-americanas, por exemplo, a Apple, só para mencionar uma, deslocassem as suas linhas de produção para a China onde os salários eram mais baixos, provocando a desindustrialização dos EUA e obviamente, dando à China a possibilidade de se desenvolver economicamente.

“Vivemos um tempo em que um império declinante, os EUA, confronta um império ascendente, a China”

Se é verdade que durante um certo período a China beneficiou do avanço tecnológico, nomeadamente na área das tecnologias de comunicação e de informação do ocidente, neste momento ela tem o seu próprio campo científico e tecnológico perfeitamente constituído e, embora ainda dependa nalgumas áreas da tecnologia ocidental, é bem possível que nos próximos tempos, com a quarta revolução industrial – o pleno desenvolvimento da inteligência artificial, com a robótica, a internet entre outras coisas, a impressão a três dimensões, a robotização do trabalho – a China demonstre que tem hoje uma capacidade autónoma, além de estar neste momento já com altos desenvolvimentos na guerra ciber-espacial e em toda a tecnologia espacial em geral.

Tudo leva a crer que esta rivalidade se agudize mais e, portanto, que haja uma grande desestabilização no mundo. Sempre que isto acontece, isto é, sempre que há uma crise nos processos de globalização e se agudizam as tensões entre países, isso pode dar origem a guerras e guerras que neste momento serão verdadeiramente mundiais, muito mais mundiais do que foram a Primeira ou a Segunda Guerra Mundial. Foram também crises de rivalidade entre os países mais desenvolvidos que levaram a essas guerras. É natural que agora haja outras de outro tipo.

E quanto à Europa?

A Europa, por exemplo, que não tem um interesse completamente incondicional nesta rivalidade, uma vez que é um parceiro menor dos EUA e tem relações profundas com a China, está neste momento numa encruzilhada uma vez que, em período de maior tensão entre os EUA e a China, ambos querem aliados incondicionais. É o caso dos EUA que, ameaçam inclusivamente sanções, se o país (ainda recentemente a Portugal), adoptar total ou

parcialmente a tecnologia da Huawei para a nova geração da internet que é a 5G.

Portanto, vamos entrar num período de grande tensão geopolítica, o que não é um bom augúrio. Nessa medida os diferentes blocos procuram captivar as suas zonas de influência e o mundo que estiver mais dependente do mundo chinês e asiático, que se agrega cada vez mais à volta da China e também à África, onde a China é hoje o maior investidor, vão estar crescentemente sob influência da China e naturalmente as áreas de disputa serão áreas de grande confrontação com os EUA.

“OS JOVENS NÃO VÃO FICAR QUIETOS”

Como iremos sentir essa tensão em África?

Penso que neste momento no norte de Moçambique, em Cabo Delgado, se está já a travar algum prenúncio do que podem vir a ser as consequências para os países africanos desta crescente rivalidade entre as potências. Esta rivalidade, obviamente, que vai fazer com que cada um dos blocos recorra aos seus meios para controlar as populações.

Os EUA têm do seu lado, por agora, as grandes empresas de tecnologia, de comunicação e de informação que estão ligadas às redes sociais, os grandes meios de comunicação, a indústria de entretenimento e elas vão ser obviamente muito utilizadas para submeter e disciplinar as zonas de influência. Vemos o mesmo na América Latina neste

momento com o regresso dos EUA à América Latina donde se tinham distraído um pouco na primeira década de 2000, uma vez que estavam envolvidos na guerra do Iraque, e agora voltam em pleno para tentar controlar o subcontinente e impedir que a China tenha aqui um poder muito grande. Por isso isolam a Venezuela, porque é um país hoje com forte influência de investimento chinês.

“No norte de Moçambique, em Cabo Delgado, trava-se algum prenúncio do que podem vir a ser as consequências para os países africanos”

entrevista

BOAVENTURA SOUSA SANTOS
PROFESSOR CATEDRÁTICO

Tentam controlar o Brasil, que está numa posição muito difícil uma vez que a China é o seu maior comprador de produtos agrícolas. Enfim, a muitos outros níveis, na América Central houve essa tentativa de procurar que cada zona de influência fique com total lealdade. Portanto, nestas condições, os processos democráticos vão ser cada vez mais fragilizados e é por isso que eu digo que a contestação social e a busca de alternativas vão continuar, embora com mais dificuldades. Vamos entrar num período em que provavelmente não vai haver muito espaço para resistir com o recurso exclusivo aos meios institucionais.

Como sair desta instrumentalização permanente? Impedir que os capitalistas usem a democracia?

Penso que as populações, o mundo trabalhador, aqueles que estão a sentir cada vez mais a exclusão, a desigualdade, os efeitos da concentração da riqueza e da crise climática, aqueles que se vêem empobrecer todos os dias para que uma minoria concentre a riqueza da maneira mais escandalosa que podemos imaginar-- os jovens, sobretudo-- não vão ficar quietos e certamente vão resistir e a resistência tem ocorrido.

Temos que ver que antes da pandemia, em vários países do mundo, estávamos a assistir a grandes protestos sociais das populações, sobretudo das populações mais jovens, contra a corrupção, contra a austeridade, contra a falta de respostas dos regimes, mais ou menos democráticos, às suas aspirações e aos seus desejos de maior participação na vida política e de mais justiça social. Isto era visível tanto na Colômbia, como no Chile, como no Líbano, na Tunísia, em Angola.

Temos vindo a assistir a essa indignação que leva à resistência contra a dominação, contra a exclusão e contra a injustiça. O que vai caracterizar provavelmente esta década é que essa resistência não vai poder caber dentro das instituições democráticas e do próprio direito. Quer o direito, quer as

instituições democráticas durante muito tempo procuraram dar resposta, ainda que muito limitada, às aspirações das classes populares, da maioria da população.

Penso que provavelmente vamos entrar num período em que essa resposta será ainda mais deficiente e nalguns casos será nula e certamente os protestos não se vão esperar. Vai certamente haver turbulência social, desassossego, protesto, manifestações, e vamos entrar num período onde a luta social e institucional dentro das instituições não chega e, por isso, provavelmente vai haver luta extra-institucional, nas ruas, nas praças.

Lutas pacíficas em grande medida é o que têm sido, uma vez que não há nenhuma ideia de luta armada digamos assim, de insurgência armada, nas populações. Mas isso não quer dizer que por vezes essas manifestações não redundem em violência fundamentalmente porque são infiltradas até por provocadores, por agentes policiais, como temos vindo a documentar, em várias partes do mundo. E, aliás, também temos que ver que tais manifestações também não são um monopólio das classes populares, injustiçadas.

Muitas vezes grupos extremistas de direita, e vemos isso nos EUA, por exemplo, estão a ocupar as ruas e, no caso dos EUA, já armados inclusivamente. Milícias urbanas, racistas, supremacistas, que vêm nos negros e nos latinos e nos indígenas populações inimigas, a abater pela violência.

“Os protestos tornam-se violentos devido à infiltração de provocadores, por vezes elementos das forças policiais”



Quem luta pela justiça, conseguirá resistir e mudar este cenário?

Vamos entrar num período de grande confrontação e as forças populares que lutam por uma sociedade mais justa devem unir-se cada vez mais. Tenho vindo a escrever em muitas ocasiões que as resistências têm estado muito fragmentadas porque os movimentos sociais, as organizações, quando existem – em muitos países não há hoje movimentos sociais ou organizações dignas do nome porque os governos instrumentalizaram as organizações, as associações, os sindicatos que existiam – têm que pensar em novas formas de organização, que não centrem as lutas apenas numa demanda, numa área concreta (Pneumatóforo. Escritos políticos 1981-2018, Almedina, 2018; Esquerdas do mundo, uni-vos!, Almedina, 2019).

Isto levou a uma certa fragmentação da resistência e é por isso que vivemos uma situação em que as classes dominantes normalmente actuam de uma maneira muito articulada. O capitalismo norte-americano – que conheço bem porque nos últimos 35 anos tenho vivido parte do ano nos EUA – é um capitalismo que se tornou mais agressivo nas últimas décadas e com isso tornou-se mais agressivo o racismo e também o heteropatriarcado.

A dominação articulada, a resistência tem sido muito fragmentada. Os sindicatos, por exemplo que lutavam, quando lutavam, contra a exploração capitalista, normalmente eram racistas e sexistas, muitos movimentos, inclusivamente movimentos negros não foram anti-capitalistas e muitas vezes, foram sexistas. E muitos movimentos feministas foram pró-capitalistas e foram racistas. O que é necessário é que os movimentos populares se unam. Uma luta de mulheres, uma luta de jovens, uma luta de trabalhadores, uma luta de camponeses, uma luta de urbanos, têm que se unir.

Uma iniciativa em que estive muito envolvido no princípio da década de 2000 foi o Fórum Social Mundial que agora está a celebrar os seus 20 anos. Penso que neste momento será muito importante organizar fóruns nacionais, onde seja possível reunir organizações, movimentos, de várias orientações, mas unidos nas lutas sociais, ainda que sejam diferentes lutas sociais em diferentes partes do país, e que se juntem para se conhecerem, para conhecerem as lutas uns dos outros, as diferentes linguagens que usam para lutar contra o autoritarismo, o familismo, a corrupção, a exploração, a desigualdade, a injustiça. É preciso mais unidade entre os movimentos sociais.

entrevista

BOAVENTURA SOUSA SANTOS
PROFESSOR CATEDRÁTICO

“O COLONIALISMO NÃO TERMINOU COM AS INDEPENDÊNCIAS”

A Guerra Fria despoletou um seguidismo cego que inviabilizou e destruiu até, as visões dos Africanos sobre África ou a busca por modelos ancestrais de governação. Hoje poderíamos voltar a essa pesquisa, mas não o fazemos. Isto prova que a colonização persiste e manobra a ideia de auto-determinação?

Sem dúvida. Como referi, na década de 1960, de 1970, houve uma tentativa muito séria em toda a África, não apenas na África subsariana, mas também na África do Norte, nomeadamente a partir dos anos 1950, com Nasser, no Egipto, depois da independência da Argélia em 1961, de encontrar processos políticos e de desenvolvimento autónomos, quer em relação ao comunismo soviético, quer em relação ao capitalismo ocidental.

Essas iniciativas tinham as suas limitações, mas em meu entender foram neutralizadas, liquidadas por imposição das forças globais que sempre utilizaram meios violentos. Ou seja, o assassinato político para levar a bom termo os seus objectivos. Já referi os líderes africanos que nos anos 1960 foram assassinados, podia referir os líderes que neste momento na Colômbia estão a ser assassinados, líderes sociais, indígenas, afrodescendentes, que lutam contra a expropriação das suas terras, contra a mineração, os seus territórios, contra a contaminação dos seus rios, contra a destruição das suas florestas, e são pura e simplesmente assassinados por grupos paramilitares, pelo crime organizado, muitas vezes com a conivência do Estado.



Fotografia: ©DR | Samora Machel, Patrice Lumumba, Kwame Nkrumah, Thomas Sankara, Steve Biko, Amílcar Cabral

Penso que neste momento estamos a assistir, sobretudo no continente latino-americano, desde o princípio deste século, a uma certa busca do ancestral como energia para uma luta de futuro, como tinha acontecido em África. Não a tenho visto tão desenvolvida em África, embora exista hoje como

“Há líderes sociais, indígenas, afrodescendentes que lutam contra a expropriação das suas terras e são assassinados”

potência intelectual. Eu acompanho bastante devido à proposta teórica e epistemológica que tenho vindo a defender, as epistemologias do sul (O fim do império cognitivo. A afirmação das epistemologias do sul. Almedina, 2018; Epistemologias do Sul (com Maria Paula Meneses) Almedina, 2009), que implicam uma profunda descolonização do pensamento e da ciência moderna, uma revalorização dos conhecimentos ancestrais, dos conhecimentos populares, urbanos, rurais, aquilo a que chamo uma ecologia de saberes.

Todo o meu trabalho tem sido orientado nos últimos 20 anos para promover esse tipo de epistemologia e devo dizer que isso me levou a contactos muito profundos com os intelectuais africanos que, em diferentes partes do continente, têm vindo a defender os valores ancestrais não por nostalgia, por um regresso ao passado, que sabem ser impossível, mas para uma busca das energias com que podem lutar hoje contra a opressão, a exploração, a injustiça.

Há pouco não referi uma das outras correntes que em África foi muito forte, além de Nkrumah e de Nyerere, que foi o caso de Léopold Senghor no Senegal. Tudo isso deixou marcas, sobretudo na intelectualidade.

Recuperar o pensamento é um ponto de partida, mas falta agir de acordo com essas filosofias, é possível?

Muitos filósofos africanos, alguns deles hoje a trabalhar em universidades europeias ou norte-americanas, na área da educação superior. A devastação neoliberal em África causou a despromoção do ensino universitário que floresceu bastante em África - não na África colonial portuguesa porque o colonialismo português impediu a criação de universidades até aos anos 1960. No período anterior, as suas universidades - a Universidade Makerere, no Uganda, a Universidade Dar es Salaam, na Tanzânia, a Universidade Nairobi, do Quênia, a Universidade Cheikh Anta Diop, do Senegal - foram universida-

“A devastação neoliberal em África causou a despromoção do ensino universitário que floresceu bastante - não na África colonial portuguesa”

des que tiveram um florescimento extraordinário e onde se criou conhecimento que combinava todo o contributo da ciência moderna eurocêntrica com uma busca da filosofia e dos conhecimentos ancestrais de modo a transformá-los numa outra cultura, numa cultura mais cosmopolita a partir das raízes africanas.

Hoje, esse movimento, como digo, está muito presente ao nível da filosofia, mesmo no espaço de língua oficial portuguesa encontramos em vários países, os que conheço melhor, o caso de Moçambique e Angola e na África do Sul, nitidamente, que procuram uma nova síntese e uma busca do conhecimento ancestral para procurar novas soluções políticas, uma vez que as soluções que lhes tinham sido dadas pelo mundo mais desenvolvido, fosse o mundo soviético, sobretudo o mundo capitalista, fracassaram. Portanto, essas soluções não são sequer seguidas no mundo capitalista. Basta ver a degradação dos EUA neste momento presente.

entrevista

BOAVENTURA SOUSA SANTOS
PROFESSOR CATEDRÁTICO

E há condições para instituir essas novas soluções políticas?

Penso que sim, que há condições para um certo renascimento. Se até agora isso não se faz, decorre daquilo que tenho vindo a defender, que o colonialismo não terminou com as independências. Ele continuou sob outras formas e hoje está muito ligado, não propriamente às potências colonizadoras, mas ao capitalismo global que domina no mundo e às elites locais a ele ligadas. Não é seguro que a influência chinesa que cresce no mundo tenha mais respeito por esses conhecimentos ancestrais, apesar da própria cultura chinesa ser ela uma boa síntese de uma cultura ancestral, milenar, aliás, com os conhecimentos tecnológicos mais avançados.

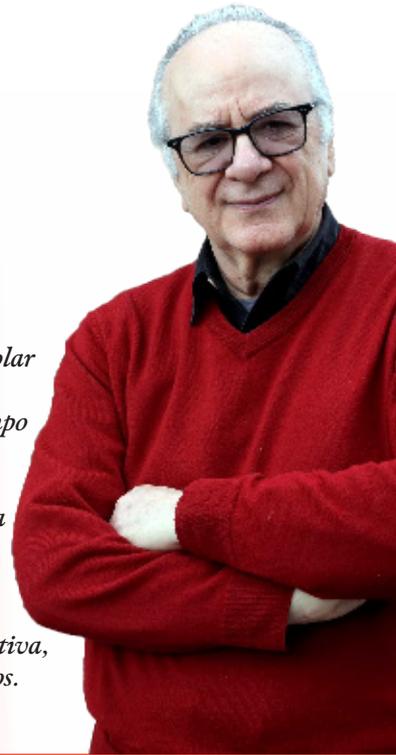
Penso, no entanto, que fora da China não vemos um respeito por essa ecologia de saberes, como eu lhe chamo. Mas vejo uma nova geração, sobretudo jovens em África que estão a tentar esse renascimento, ir às suas próprias raízes, com grande espírito de radicalização democrática, por vezes combinando esses conhecimentos ancestrais com o desejo de radicalizar ideias da democracia e direitos humanos, não agora no registo eurocêntrico, mas no registo africano, num registo, como digo, cosmopolita, subalterno, insurgente, e procurando novas sínteses.

Penso que esta procura vai caracterizar as próximas décadas. Não penso de modo nenhum que o mundo se deixe submeter a esta catástrofe de concentração da riqueza e a catástrofe ecológica sem resistência. Essa resistência por enquanto talvez não seja muito visível, mas ela existe.

“Vejo uma nova geração, sobretudo jovens em África que estão a tentar esse renascimento”



Boaventura de Sousa Santos nasceu em Coimbra, em 1940. Doutorou-se em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale, é Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Distinguished Legal Scholar da Universidade de Wisconsin-Madison. Realizou trabalho de campo em Portugal, Brasil, Colômbia, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Bolívia e Equador. Escreve e publica em áreas de sociologia do direito e política, epistemologia, estudos pós-coloniais, movimentos sociais, globalização, democracia participativa, reforma do Estado, direitos humanos.



Muita coisa se tornou visível na pandemia da COVID 19, mas será um ponto de viragem na forma como governamos os as pessoas, os recursos, a terra...

Num livro que acabei de publicar sobre a pandemia, O futuro começa agora. Da pandemia à utopia (Edições 70, 2020), dedico um capítulo inteiro às iniciativas comunitárias que mostraram como as comunidades, sobretudo as comunidades populares, mais pobres, urbanas e rurais, abandonadas pelos Estados, se organizaram para defender a vida, para proteger as suas populações contra o coronavírus. Portanto, essa energia comunitária solidária existe. Está adormecida, foi muito desarticulada, foi muito destruída.

“Só na resistência e sobretudo quando os jovens a protagonizam, é que vemos algum sinal de esperança”

No caso de Angola, podemos dizer que prolongada a guerra civil, a deslocação massiva de populações que obrigou à concentração da população em Luanda não facilitou de modo nenhum esse tipo de renascimento, mas é evidente que nada disto acontece por muito tempo, nem fatalmente, e as possibilidades de renovação, de ressurgimento, de resistência, vão surgir e esperamos que elas surjam sempre de forma pacífica e que não sejam brutalmente reprimidas como tem acontecido.

Só nessa resistência, e sobretudo quando os jovens a protagonizam, é que nós vemos algum sinal de esperança, alguma luz ao fundo deste túnel de exclusão, de racismo, de colonialismo, de patriarcado, que a dominação capitalista, colonialista e patriarcal nos conduziu neste princípio do século. ○

Texto: *Mandele Rocha*